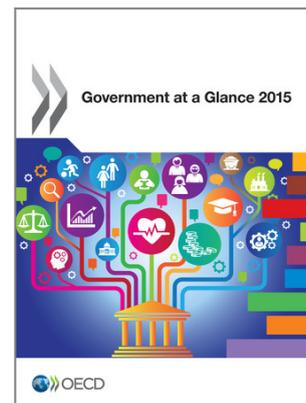


OECD *Multilingual Summaries* Government at a Glance 2015

Summary in Portuguese



Leia todo o livro em: 10.1787/gov_glance-2015-en

Panorama das Administrações Públicas 2015

Sumário em Português

A retoma está em curso e o crescimento económico está a começar a acelerar lentamente na zona da OCDE. A consolidação orçamental está a avançar, apesar de o desemprego se manter a níveis elevados, ao mesmo tempo que a produtividade tem registado um reduzido aumento. As desigualdades na distribuição dos rendimentos e ao nível de outros resultados que são importantes para o bem-estar das pessoas estão, também, a agravar-se. Os governos devem abordar estes desafios de modo a concretizar um crescimento mais forte e inclusivo nos próximos anos; é necessária uma abordagem multidimensional relativamente à elaboração das políticas públicas.

Os governos dispõem de inúmeros instrumentos de política para criarem bases para sociedades mais sustentáveis e inclusivas. Contudo, sem os mecanismos adequados para impedir a “captura” das decisões políticas por parte de grupos de interesses especiais, assegurar uma implementação efetiva e promover uma monitorização e uma avaliação rigorosas, mesmo as políticas corretamente formuladas poderão não proporcionar os resultados esperados. Os indicadores apresentados no Panorama das Administrações Públicas 2015 lançam a luz sobre o grau de inclusividade dos governos em termos de emprego, processos de decisão política e resultados das políticas.

Conclusões principais

O equilíbrio orçamental geral dos países da OCDE está a melhorar

- O saldo orçamental dos países da OCDE melhorou em 4,2 pp, passando de um défice de 8,4% do PIB em 2009 para um défice de 4,2% do PIB em 2013.
- Em 2013, o saldo orçamental estrutural atingiu um défice médio de 3,5% em percentagem do PIB potencial dos países da OCDE, uma melhoria relativamente aos 3,6 pp registados em 2009.
- Como resultado dos esforços de consolidação, a maioria dos países da OCDE melhorou a sua taxa de poupança líquida (diferença entre as receitas e as despesas correntes) entre 2009 e 2013, incluindo países com rácios altamente negativos, como é o caso da Grécia, Irlanda e Portugal.
- Em 2013, o nível médio da dívida nos países da OCDE ascendeu a 109,3% do PIB. De 2013 a 2014, a dívida diminuiu na Irlanda, Noruega, República Checa e República Eslovaca, Eslováquia, ao mesmo tempo que a Eslovénia, Espanha, Itália e Bélgica registaram os maiores aumentos da dívida.

O investimento público é reduzido, tendo diminuído significativamente relativamente a 2009

- Entre 2009 e 2013, o investimento público diminuiu 0,8 pp em termos de percentagem do PIB, e 1,4 pp como percentagem do investimento total médio nos países da OCDE. Em 2013, o investimento público representou 3,3% do PIB e 7,8% da despesa total em média.
- Em 2013, as administrações locais gastaram em média 60% do investimento público total. Contudo, em países como o Chile, a Grécia e a República Eslovaca, mais de 70% do investimento público foi efetuado pelas administrações centrais.

Apesar das reformas, o emprego do setor público mantém-se relativamente estável em termos de percentagem da população ativa

- As reformas ao nível do emprego e da remuneração têm sido amplamente utilizadas pelas administrações centrais na maioria dos países da OCDE para reduzir a despesa.
- Têm sido utilizadas diferentes ferramentas nas reformas ao nível do emprego, incluindo a não substituição ou a substituição parcial dos trabalhadores que atingem a idade de reforma, os congelamentos nas contratações, a terceirização e o ajustamento salarial, nomeadamente através da redução da remuneração dos quadros superiores e congelamentos salariais. Em média, as reformas provocaram um aumento moderado dos níveis constatados de stress e de intensidade do trabalho.
- Apesar das reformas, a dimensão do emprego no setor público (não restringido à administração central) enquanto percentagem da população ativa mantém-se relativamente estável, ligeiramente acima dos 19% em 2013.

O envolvimento das partes interessadas nas políticas regulamentares é generalizado, mas ocorre numa fase tardia

- Através da Recomendação sobre Práticas e Políticas Regulamentares da OCDE em 2012, os países da OCDE comprometeram-se numa abordagem ao nível de todas as administrações (“whole-of-government”) relativamente às práticas regulamentares. Muitos introduziram requisitos formais, conseguindo progressos substanciais na melhoria das práticas e qualidade regulamentares, bem como ao nível da conformidade com as recomendações do Conselho da OCDE.
- Mesmo assim, o grau de realização de avaliações do impacto regulamentar e de avaliações ex post relativamente aos custos e benefícios, contrapartidas e sinergias entre os regulamentos varia significativamente.
- Há bastante a fazer para melhorar o envolvimento das partes interessadas na elaboração da regulamentação. Os cidadãos, as empresas, as organizações da sociedade civil, etc. são geralmente consultados numa fase tardia do processo, muitas vezes quando a proposta legislativa é apresentada ao governo. Raramente lhes é solicitado feedback para contribuir para a avaliação do desempenho ou para uma melhor implementação da regulamentação, nem tampouco são incluídos nas discussões preliminares sobre a natureza do problema e possíveis soluções

Os esforços no sentido da integridade pública estão a aumentar, mas persistem lacunas significativas

- Os países da OCDE estão a prestar uma atenção crescente aos conflitos de interesse, mas contrariamente ao que sucede com a transição de um trabalhador do setor público para o privado (“post-public employment”), a transição de sentido contrário (por exemplo, antigos trabalhadores do setor privado ou lóbbistas) continua, em larga medida, por regulamentar.
- A obrigatoriedade, por parte dos funcionários públicos com maiores poderes de decisão, de divulgarem os seus interesses privados tem vindo a aumentar na maioria dos países da OCDE, apesar de o poder judiciário e os domínios “de risco” – incluindo os funcionários dos impostos e aduaneiros, os responsáveis pelos concursos públicos e as autoridades financeiras – registarem níveis de divulgação desse tipo de informações inferiores aos dos funcionários do ramo executivo e legislativo.
- A influência indevida sobre os processos de formulação de políticas por parte de interesses instalados constitui um risco permanente devido a lacunas como, por exemplo, uma representação desequilibrada de interesses em grupos consultivos do governo e a movimentação de pessoas entre entidades reguladoras e entidades reguladas, ou seja, a prática da “porta giratória”.
- Desde 2009, tem havido um aumento significativo na adoção de leis de proteção de autores de denúncias. Na prática, contudo, continua a ser difícil assegurar uma proteção eficaz.

Os países estão a implementar boas práticas em matéria de abertura dos dados da administração pública

- A abertura dos dados da administração pública capacita uma nova geração de cidadãos, empresas e funcionários públicos para a criação de valor socioeconómico e um aumento da transparência da administração pública.

- De acordo com o Índice OURdata, os países que desenvolveram maiores esforços no sentido da abertura dos dados foram a Coreia do Sul, a França, o Reino Unido, a Austrália, o Canadá e Espanha.
- Apesar de a maioria dos países ter envidado esforços significativos no sentido da disponibilização e acessibilidade dos dados, o grau de apoio ativo dos governos à reutilização dos dados públicos varia, nomeadamente no que diz respeito à reutilização no seio das administrações públicas).

Os sistemas de benefícios fiscais dos governos mitigaram significativamente o aumento das desigualdades de rendimentos no mercado, mas as desigualdades não relacionadas com os rendimentos exigem medidas

- As transferências da administração pública e os pagamentos de transferências constituem uma ferramenta poderosa para limitar os efeitos das crescentes desigualdades do mercado. Em 2011, a redistribuição dos rendimentos por parte das administrações públicas dos países da OCDE fez diminuir o coeficiente GINI em mais de 16 pp.
- Em alguns países, os cortes na despesa pública fizeram aumentar a percentagem de investimentos suportados diretamente pelos cidadãos no acesso a serviços, o que poderá agravar ainda mais os obstáculos financeiros às pessoas de baixos rendimentos.
- Uma abordagem de prestação de serviços centrada no cidadão, focada nas pessoas vulneráveis (pessoas de baixos rendimentos, imigrantes, portadores de deficiência, jovens, etc.) e que aproveite todo o potencial das novas tecnologias poderá proporcionar oportunidades para uma prestação de serviços mais inclusiva e melhores resultados.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate. rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal, 75116

Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights



[Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE \(OECD iLibrary\)!](#)

© OECD (2015), *Government at a Glance 2015*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/gov_glance-2015-en